

FEITICEIRAS DA COLÔNIA. MAGIA E PRÁTICAS DE FEITIÇARIA NA AMÉRICA PORTUGUESA NA DOCUMENTAÇÃO DO SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO

Angelo Adriano Faria de Assis

Doutor em História pela UFF; Professor Adjunto II – UFV

angeloassis@ufv.br

A longa noite da Inquisição cairia sobre Portugal em 1536, exatos quarenta anos após o decreto de expulsão de judeus que implantava o monopólio religioso da Igreja Católica no reino. Apesar de expulsos pela lei manuelina, os judeus acabariam proibidos de deixar Portugal no ano seguinte, antes de findo o prazo para sair das terras lusas, sendo convertidos à força e transformados em *cristãos-novos*, *batizados em pé* ou *neoconvertos*. Embora seja considerável o número de judeus que procuraram abraçar o cristianismo, não foi menor a quantia daqueles que optaram pelo caminho oposto, e que continuaram a judaizar ocultamente – os criptojudeus – , gerando desconfianças sobre todo o grupo de cristãos-novos, vistos como principal ameaça à pureza católica, e motivo primeiro para a criação do Tribunal do Santo Ofício que, ao longo de duzentos e oitenta e cinco anos de funcionamento, concentraria seus homens e esforços em desvelar a ameaça criptojudaica. São estes cristãos-novos – judaizantes ou não - responsáveis pela imensa maioria dos códices processuais - aí envolvendo acusações, confissões e processos inquisitoriais decorrentes - que hoje formam o conjunto de documentos sobre a Inquisição portuguesa depositados nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa.

Embora representem as vítimas em maior número das perseguições movidas pela Inquisição lusa em seus cerca de quarenta e três mil códices documentais, os neoconvertos longe estavam de ser o caso único de acusados e processados pela Inquisição, seja em Portugal, seja em seus domínios, como a América portuguesa, onde a Inquisição, apesar de não ter estabelecido tribunais (o único tribunal instaurado no além-mar funcionaria em Goa, nas Índias), esteve presente com representantes (os familiares são o exemplo mais conhecido) e a partir de visitas esporádicas enviadas – sendo as visitas de 1591-1595 (Bahia, Pernambuco, Itamaracá e Paraíba), 1618-21 (Salvador e seu Recôncavo), e 1763-69 (Grão-Pará) as que produziram documentação conhecida.

Na luso-América, o Santo Ofício perseguiu todo o tipo de crimes e heresias que estavam ao seu alcance, assim como situações que não estava exatamente preparado para julgar – a exemplo das práticas religiosas e culturais ameríndias, que envolviam desde a beberagem de preparados sagrados à prática ritual do canibalismo. Bigamias, desvios sexuais os mais diversos, desrespeitos aos símbolos católicos, desconhecimento das práticas cristãs, enfim, um variado rol de situações contrárias à boa norma do catolicismo que coloriam o cotidiano da

colônia.

Para este artigo, optamos por focar as acusações e confissões sobre práticas de feitiçaria na documentação da primeira visitação do Santo Ofício ao Brasil, capitaneada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça, em fins do primeiro século de presença portuguesa na América. Chama a aten o na documenta o produzida pelas visita es inquisitoriais às terras brasílicas um variado rol de acusa es contra mulheres acusadas de práticas de feitiçaria, não só repetindo costumes mágicos herdados da tradição medieval ibérica, mas ainda, o reflexo da mistura destes hábitos com as influências recebidas pelas tradições da religiosidade ameríndia e africana. Cabe assim,   guisa de introdução, um breve refletir sobre o dia-a-dia do “viver em colônia”.

Ao longo do primeiro século de colonização, a presença da Igreja fez-se de forma fluida, menos presente do que o necessário para coibir com mais veemência as práticas desviantes do catolicismo. É o que se pode conceber, com fartura de exemplos e variedade de casos, ao analisarmos os comportamentos religiosos da população colonial em seu cotidiano. Dificultado pela carência inicial de religiosos a darem conta da imensidão continental dos domínios portugueses na América, não apenas devido ao seu reduzido número - em contraste com os “mais frades que terra” que Gil Vicente enxergara tempos antes no reino -, mas também pelo parco preparo demonstrado por considerável parte dos que aqui chegavam, o funcionamento da máquina eclesiástica mostrava-se comprometido nas próprias ramificações que organizavam o contato entre os colonos e a Igreja. Apesar de encontrarmos religiosos bem preparados, com consciência do papel que desempenhavam para o sucesso da empreitada catequista – Nóbrega e Anchieta são exemplos claros deste bom preparo -, não eram raros, por outro lado, os representantes do catolicismo que haviam sido mandados   região colonial para fugirem da má fama que possuíam ou mesmo cumprirem degredo, punição pelos crimes de heresia cometidos na metrópole: o mais das vezes, culpas de sexo. O padre Frutuoso  lvares, vigário de Matoim, Recôncavo da Bahia, Bahia, por exemplo, inauguraria os trabalhos da visita o de 1591 expondo suas culpas ao visitador: viera degredado de Braga, em Portugal. Condenado às gal s, mas sem cumprir a pena, fora enviado a Cabo Verde, onde também seria acusado de “tocamentos torpes que teve com dois mancebos”. Preso e enviado   Lisboa, foi sentenciado e condenado a degredo para sempre nas terras do Brasil, e “de quinze anos a esta parte que há que está nesta capitania da Bahia da Todos os Santos, cometeu a torpeza dos tocamentos desonestos com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos, abraçando, beijando”. Não se emendou. Mais à frente, sem mesmo poder dar conta dos nomes dos que com ele haviam cometido as relações nefandas, desfilava com pormenores suas fraquezas ao visitador incentivado pelo calor dos trópicos:

“E assim com outros muitos moços e mancebos que não conhece nem sabe os nomes, nem onde ora estejam, teve tocamentos desonestos e torpes em suas naturas, e abraços, e beijando, e tendo ajuntamento por diante, e dormindo com alguns algumas vezes na cama, e tendo cometimentos alguns pelo vaso traseiro, com alguns deles sendo ele o agente, e consentindo que eles o cometessem a ele no seu vaso traseiro, sendo ele o paciente, lançando-se de barriga para baixo e pondo em cima de si os moços e lançando também os moços com a barriga para baixo, pondo-se ele confessante em cima deles, cometendo com seu membro os vasos traseiros deles e fazendo da sua parte por efetuar, posto que nunca efetuou o pecado de sodomia penetrando”.

Em pena demasiadamente branda para a época e pelo crime que cometeu levando-se em conta que era renitente em suas culpas, mas considerando-se, porém, que o padre confessou no período da “graça”, foi admoestado pelo inquisidor “que se afaste da conversação destas pessoas e de qualquer outra que lhe possa causar dano em sua alma, sendo certo que fazendo o contrário será gravemente castigado”¹.

O comportamento dos colonos não se diferenciava em larga escala do modelo reprobatório de certos representantes do clero, que lhes serviam de espelho no parco cuidado em relação às questões da Fé e suas obrigações. Distantes do reino, submetidos a uma vigilância clerical realizada sem a mesma constância e intensidade daquela exercida na metrópole, o catolicismo acabou no Brasil por ganhar novos contornos: amenizadas as cobranças sobre os atos praticados, avançou na direção de um diminuto apego às missas, de uma menor preocupação com o comportamento, e também, do sincretismo. A falta de uma Igreja fortemente organizada, por sua vez, colaboraria para a inclusão de práticas que lhe eram originariamente estranhas.

A exploração da madeira para tintura e, posteriormente, da cana-de-açúcar e seus derivados, acabou por trazer habitantes não só do Portugal inaugurador daquele esquema na região, mas também de espanhóis e demais europeus. Para os trabalhos necessários, chegavam negros rebaixados à escravidão, mas que traziam consigo crenças e práticas da antiga fé seguida. Somados os autóctones e sua contribuição, formava-se um caldeirão não só étnico mas, principalmente, cultural, onde as crenças africana e ameríndia permaneciam ativas, disfarçadas em santos católicos e práticas envolvendo rituais cristãos, forma de resistência nem sempre inconsciente. Exemplo desta maleabilidade de fronteiras religiosas é a existência de várias santidades no período colonial, a mesclar as crenças ameríndias com os ideais católicos, ou mesmo a personificação de divindades africanas em representantes do Céu cristão.

Com a importância que ganhava o mercado do açúcar, assistia-se com desconforto ao

¹ “Confissão de Frutuoso Álvares, vigário de Matoim, no tempo da graça”, em 29/07/1591. *Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia* (organização Ronaldo VAINFAS). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 45-51.

progresso material dos neoconvertos, indivíduos considerados impuros e ameaçadores do reinado católico na colônia. Criava-se o campo para a ação do Santo Ofício. As denúncias ao Tribunal Inquisitorial eram uma forma de fazer justiça e impedir o avanço herético do sangue maculado não só na economia, mas ainda no espaço social que ocupavam. Durante os anos em que se encontrará visitando algumas das capitânicas nordestinas do Brasil colônia, o Santo Ofício de Lisboa assistirá e será ator das transformações ocorridas na sociedade, fomentando o temor das delações e o florescer de vinganças até então ocultas, menos pela harmonia no convívio social do que pela simples falta de oportunidades de acusar e coibir faltas alheias, vinganças estas que seriam acolhidas pela curiosidade do inquisidor.

O catolicismo abraçou-se, por fim. É o que se vê na quase totalidade das páginas assinadas pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça e seu fiel notário Manoel Francisco. Nas perguntas feitas a confessores, acusadores e acusados e em anotações às margens dos depoimentos, o inquisidor e seu assistente deixam vazar dos documentos produzidos o espanto que os tomara, visivelmente assustados com o desfile de heresias que solenemente eram levados a ouvir, calcadas na fraca e distorcida fé que presenciavam durante as sessões de confissões e denúncias de colonos ou indivíduos de passagem pela região brasílica.

Para Laura de Mello e Souza, o catolicismo colonial era resultado da “tensão entre o múltiplo e o uno, entre o transitório e o vivido”, construído a partir da “multiplicidade de tradições pagãs, africanas, indígenas, católicas, judaicas”, inserida no “cotidiano das populações. Era, portanto, vivência”². Vivências diversas, percepções distintas de popular, constantemente transformadas pelo ir e vir de colonos - noção por demais elástica numa sociedade em formação. E essa vivência religiosa ganhava na colônia aspectos de popular, embora longíssimo estivesse de representar o ateísmo desta sociedade. Significava menos hostilidade do que vivência íntima, subjetiva e profana com a religião.

A aparência dantesca do desregrado catolicismo colonial, já dissemos, não se restringia às ações praticadas por cristãos-novos, considerados os grandes culpados das mazelas gerais. A miscigenação étnica tornou-se também miscigenação religiosa. O convívio num ambiente menos repressor acabou por afrouxar os limites da fé católica. Para o desespero do visitador e da empreitada colonizatória, cristãos velhos mantinham as mesmas práticas de desacato e de desrespeito à religião e seus símbolos sagrados que os neoconvertos, avivando-se o contato entre os grupos de sangue diverso pela troca de experiências - circularidades culturais.

Não são poucas ou isoladas as referências quanto à humanização de santos, colocados de castigo, virados para a parede, postos de ponta-cabeça ou escondidos até que os pedidos a eles feitos fossem atendidos. Ou ainda, xingados, ameaçados, envolvidos em apostas, tendo

² SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 86-100.

suas imagens com os olhos perfurados e merecendo adjetivos de ofensa quando os solicitantes perdiam a esperança de ver realizadas as promessas feitas: pequenas vinganças dos desejos recusados. Dar forma humana a santos e divindades caíra assim no gosto popular, rebaixados às dificuldades do trópico para socorrer os aflitos ou serem punidos quando não atendiam aos apelos – nada muito distante do que já ocorria na Europa do Medievo, como se pode perceber nos estudos clássicos, por exemplo, de Francisco Bethencourt, Jean Delumeau e Mikhail Bakhtin³. As aproximações das divindades com o mundo material eram constantes, isso quando não se viam humanizados por completo: por tudo jurava-se em vão, invocando os nomes de Deus - “cornudo”, “corno”, “somítigo”, “fanchono” -, de Cristo - “bendito sea el carajo de mi señor” - e de Maria, a todo momento questionada quanto à sua virgindade, retratada com os seios à mostra, citada em juras por suas partes pudentas, chamada de puta com todas as letras: ganhava contexto erótico a intimidade com os símbolos do catolicismo⁴. Assim, Bento Teixeira, nosso escritor primeiro, autor da *Proposopéia*, estando na rua a conversar, levantou a voz certo instante e jurou “pelas obras mais vergonhosas de Nossa Senhora” e, numa outra ocasião, “pelo pentelho sagrado da Virgem Maria”. Língua afiada que também tinha o falecido marido de uma certa Catharina Fernandes, que ouvira, na companhia da filha, o companheiro jurar pelo membro feminino da Virgem, e rindo-se, quando repreendido por estas⁵.

Numa região de alta mobilidade social, em que viagens eram constantes e podiam se alongar por anos, sofrendo-se o risco de que a distância do companheiro se tornasse regra e não exceção, encantos envolvendo ritos e símbolos católicos, deturpados de suas significações primitivas, faziam sucesso e eram procurados para todas as crises e problemas de amor: conquistava-se o ser amado e amansava-o - a sua fidelidade, enfim - repetindo em sua boca as palavras da consagração, “este é o meu corpo”, *hoc est enim corpus meum*, seja durante o sono da vítima ou durante o coito.

A filtros, mágicas, feitiçarias, simpatias, adivinhos, beberagens, poções, rezas e orações também se imputavam poderes milagrosos. Para o bem e para o mal, envolvendo acordos com deus e o diabo. Não eram raros os oferecimentos e práticas mágicas para recuperar ou retirar a saúde de alguém, trazer riquezas, gerar ruína, amaldiçoar casais ou pessoas, conquistar e manter fiel o homem ou a mulher amada para toda a vida. As receitas são variadas: “eu te

³ BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia: feiticeiras, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa: Universidade Aberta, 1987; DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, e BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1993.

⁴ VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 249.

⁵ “Catharina Fernandes contra Manoel Rodrigues”, em 03/07/1595. *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995*. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984, pp. 450-451.

encanto e reencanto com o lenho da vera cruz, e com os anjos filósofos que são trinta e seis, e com o mouro encantador, que tu te não apartes de mim, e me digas quanto souberes, e me dêes quanto tiveres, e me ames, mais que todas as mulheres”⁶. Ou então: “juro-te por esta cruz de Deus que tu andarás atrás de mim assim como a alma anda atrás da luz, que tu para baixo vires, em casa estares, e vires por onde quer que estiveres, não poderás comer, nem beber, nem dormir, nem sossegar sem comigo vires ou falar”⁷.

Depoimentos variados ao visitador dão conta dessas mágicas amatórias, que pareciam ser bastante freqüentes na lide colonial. Em comum, o costume de apelidar estas mulheres apontadas como feiticeiras: *Boca Torta*, *Nóbrega*, *Arde-lhe-o-rabo*, *Mija vinagre*, nomes muitas vezes pejorativos, que ajudavam na construção do imaginário sobre estas damas do mundo da magia.

Feitiços de todos os tipos. A cristã velha Paula de Siqueira, em sua confissão, dizia ter aprendido com Isabel Rodrigues, “a Boca-Torta d’alcunha”, que tinha fama de feiticeira diabólica, “umas palavras para que, dizendo-as a alguma pessoa, lhe quisesse bem e amansasse, as quais palavras nomeavam as estrelas e os diabos e outras palavras supersticiosas e ruins”⁸.

A cristã velha Maria da Costa lembraria ao visitador da época em que era solteira, nove anos antes quando, em sua casa, “uma mulher já defunta, d’alcunha a *Mija vinagre*, perante ela que se não fora com medo da Santa Inquisição, que ela lhe fizera uma coisa com que seu pai fosse contente de casar com o dito Álvaro Sanches, e depois lhe disse que não via bem em suas candeias se havia ela de casar com ele”. Contava também uma intrigante história que ouvira do marido. Há dois anos, pedindo alguém ao escrivão da cidade, Antonio Guedes, “que lhe ensinasse a trejeitar e fazer os trejeitos que ele faz, ele respondeu ser necessário dar uma nádega ao diabo”⁹!

Já Maria de Góis informava que, por volta de quatro anos antes, “de noite, no caminho de Vila Velha, foram achadas em feitiçarias Dona Mécia, mulher de Francisco d’Araújo, e Dona Isabel, mulher de Cristóvão de Barros”, ambas moradoras na Bahia. Também dizia que ouviu dizer em fama pública que uma mulata de sobrenome Correia, que morava na casa de Fernão Cabral de Taíde, senhor das terras de Jaguaripe, “era feiticeira com arte do diabo, e que tinha uma cobra dentro em uma botija e que fizera arribar uma ou duas vezes o navio em que ia

⁶ Apud VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 143.

⁷ Apud VAINFAS, Ronaldo. “Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista”. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *Op. cit.*, 1997, p. 251.

⁸ “Confissão de Paula de Siqueira, cristã-velha, no tempo da graça, em 20 de agosto de 1591”. *Confissões da Bahia*. *Op. cit.*, 1997, pp. 104-114.

⁹ *Primeira Visitação do Santo Offício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denúncias da Bahia 1591-593*. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929, pp. 394-396.

degredada”¹⁰.

Uma das mais impressionantes denúncias da Primeira Visitação, pelos fatos e riqueza de detalhes que revela, foi aquela feita por Guiomar d’Oliveira, cristã velha de Lisboa moradora em Salvador. Conhecera quinze anos antes no reino uma tal Antônia Fernandes, cristã velha, apelidada “a Nóbrega”, que viera para a colônia “degredada por alcovitar sua própria filha”. Esta, chamada Joana Nóbrega, além de prostituir-se - dormindo “com os estrangeiros por detrás, consumando o nefando pecado dos somítigos porque lhe pagava bem” -, seguia os passos da mãe, possuindo um protetor doméstico, espécie de diabrete de estimação: “também tinha o seu ofício de feiticeira diabólica e tinha um familiar em um anel que trazia no dedo, ao qual chamava Baul”. Grande conhecedora de feitiços, dizia a Nóbrega “que falava com os diabos e lhe mandava fazer o que queria, e eles lhe obedeciam”. Aconselhava ainda sua discípula “que se não benzesse nem nomeasse Jesus, e (...) que um diabo chamado Antonim era seu particular servidor (...), e que Lúcifer lho dera por seu guarda”. E prometia: “se ela confessante quisesse, lhe faria e ensinaria com feitiços com que fosse bem casada com seu marido”. Explicava a receita em detalhes:

“tomasse três avelãs, ou em lugar de avelãs, três pinhões dos que nesta terra há que servem de purgas, furados com um alfinete, tirado o miolo fora, então recheá-los de cabelos de todo seu corpo, dela confessante, e unhas de seus pés e mãos e rapaduras das solas dos seus pés, e assim mais com uma unha do dedo pequeno do pé da mesma Antônia Fernandes, e que assim recheados os ditos pinhões, os engolissem e que, depois de lançados por baixo, os desse”.

Surpreendente também o motivo pelo qual Guiomar se resolvera por fazer a mágica. Expelidos os pinhões, moídos e transformados em pó, os deu de beber em um caldo de galinha a João de Aguiar para dele se amigar. Em troca, esperava “que a não se apertasse muito a ela e a seu marido pela dívida do aluguel das suas casas em que ainda ora moram, pelo qual aluguel ele então apertava muito”¹¹.

Outro a possuir um diabrete particular era o célebre João Nunes Correia¹², homem riquíssimo radicado em Pernambuco, envolvido com a produção e o comércio do açúcar, com a venda de escravos, coletor e impostos, onzeneiro, enfim, homem de mil e uma atividades. Conseguira o demônio de estimação para protegê-lo das inimizades que colecionava, e não eram poucas, conforme se percebe pelo grande número de acusações de que foi vítima na mesa da visitaçao.

¹⁰ *Denúncias da Bahia 1591-593*, pp. 412-413.

¹¹ *Idem*, pp. 132-140.

¹² Sobre João Nunes, ver: ASSIS, Angelo Adriano Faria de. “UM ‘RABI’ ESCATOLÓGICO NA NOVA LUSITÂNIA: Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste quinhentista - o caso João Nunes”. Dissertação de Mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1998.

Cristão-novo, chamado de rabi dos judeus de Pernambuco, fazia parte de uma confraria religiosa católica. Porém, era mais homem dos negócios do que homem da Igreja – fosse qual fosse, comportando-se conforme as circunstâncias -, e externava seu pouco caso com a religião dominante envolvendo-se também com feitiçarias. Homem dos negócios, pouco afeito às questões de fé, mas precavido. Por isso, procurava a ajuda de meios sobrenaturais para aumentar seu prestígio e força, resolvendo, dessa forma, os problemas que o dinheiro não conseguia. Alguns em Olinda conheciam a história que envolvia João Nunes e uma certa Ana Jácome, “mulher mundana, torta de um olho”, feiticeira que já viera degradada do reino. Jácome era famosa por suas magias para encontrar negros fugidos, e o próprio Nunes experimentara o remédio. Participando do comércio de escravos, indispensáveis para o trabalho colonial, se tornava essencial no fornecimento destes aos demais engenhos e interessados, que dependiam dele para a aquisição da mão-de-obra necessária ao bom funcionamento de seus negócios. Tinha aí uma de suas principais fontes de lucros e era imprescindível que o controle sobre a preciosa mercadoria que vendia fosse intenso. Fugidos uns negros que lhe pertenciam, o comerciante não titubeara, procurando os serviços da Jácome. E a feiticeira, ao tratar novos serviços, dava conta dos sucessos que tivera em outras vezes, listando seus clientes importantes e alardeando seus feitos. Assim informava que quando um tal Antonio Padreiro a contratara para procurar um negro insolente há muito fugido, “ela lhe respondeu que lhe desse o nome do negro porque ela lho faria aparecer por sua arte (sem lhe declarar que arte, porém, diabólica) e que já ela por sua arte fizera aparecer outros negros fugidos ao dito João Nunes, cristão-novo, e a Francisco Madeira, e a Brás da Mata, moradores da dita Olinda”. Combinado o negócio, “ele denunciante deu o nome do negro escrito em um papel. E depois disso, daí a dois ou três dias, lhe respondeu que o dito negro estava vivo mas longe, mas nunca houve efeito a vinda do dito negro”.

Mesmo sem recuperar o escravo fugido, parece que Antonio ficara satisfeito com o serviço da Jácome e, no dia seguinte, encomendara-lhe um outro, ainda mais estranho, também este testado por João Nunes:

“Lhe relevava mandar duas cartas a Ponte de Lima e a Viana, que lhe desse ela maneira para serem levadas logo, e ser tornada resposta pela sua arte diabólica. E que ele lhe daria por isso uma vasquinha e ela lhe respondeu que assim que fizesse ele as cartas e que lhas desse em um dia de quarta-feira, porque não havia de lhas dar senão em dia de quarta-feira. E que já ela tinha negociado outras muitas cartas também dessa maneira ao dito João Nunes. E depois de ele denunciante lhe dar as ditas cartas em uma quarta-feira, lhe respondeu que na sexta-feira

seguinte lhe daria a resposta, porque as quartas e sextas feiras eram os dias em que ela usava a sua dita arte”¹³.

Nunes também conhecia e mantinha contatos com uma mulher chamada Borges, “a qual dizem que veio do Reino degredada por feiticeira”, “mulher seca e meã, e que tem um olho como piscado”. A própria Borges dera notícia do que era capaz ao padre Simão de Proença:

“indo com uma pessoa a qualquer parte perigosa, ela sabia fazer cousas com que não seriam sentidos, nem lhes aconteceria mal nenhum. E que faria adormecer quem quisesse. E que, perante uma pessoa, faria que entrasse outra em sua casa e lhe tivesse com a mulher sendo presente, sem o sentir nem ver. (...) E que faria vir os negros fugidos donde quer que estivessem para seus senhores. E que faria a quem quisesse querer bem e perder-se por amor por quem ela quisesse, ainda que estivessem em ódio”.

O vigário também ouviu da feiticeira sobre um presente especial que esta oferecera a João Nunes, e a gratidão que Nunes tinha para com sua protetora: “em Lisboa, dera a João Nunes, cristão-novo mercador e morador em Pernambuco, ora estante nesta cidade, um espírito familiar em um anel, o qual ele tinha para ganhar em seus tratos e tudo lhe suceder bem e escapar dos perigos, e não poder ser ferido. E que um dia, achando-a ele na dita vila, lhe dera três mil réis em dinheiro e outras coisas, agradecendo-lhe tudo o passado”¹⁴.

Destruir amores também era motivo de feitiços. Catarina Fróes tratou com Maria Gonçalves, a *Cajada*, afamada como “Arde-lhe-o-rabo”, que viera degredada de Aveiro para Pernambuco, e de lá para a Bahia por feiticeira, umas mágicas - das quais entendia “de ser arte do diabo” - para que seu genro “ou morresse ou o matassem ou não tornasse da guerra de Sergipe”. Embora tenha desistido do negócio por não concordar com o novo preço que Maria Gonçalves insistia em receber para realizar a magia, chegou a pagar um valor inicial pelo trabalho, posto que o genro não dava “boa vida à sua mulher moça, filha dela confessante”. Talvez quisesse, com a viuvez da filha, arrumar-lhe melhor partido. Tudo combinado a rogo da própria filha (!), “que lho pediu que lhos negociasse por não gostar dele”¹⁵. Arde-lhe-o-rabo também havia prometido à mãe de Maria da Costa - aquela mesma que conversara em tempos de solteirice com a Mija vinagre – “que se lhe desse certa cousa”, faria com que seus filhos “que

¹³ “Denúnciação de Afonso Rodrigues Padreiro”, em 07/11/1592. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 885. Vasquinha: “saia à antiga com muitas pregas em roda da cintura, i é, de esquelha”. SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813.

¹⁴ “Denúnciação do padre Simão de Proença”, em 10/02/1592. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 885. De acordo com Vainfas, os espíritos familiares eram “diabretes domésticos enviados pelo diabo para servir às feiticeiras, segundo larga tradição medieval”. *Confissões da Bahia*. Op. cit., 1997, p. 138, nota.

¹⁵ “Confissão de Catarina Fróes, meia cristã-nova, no tempo da graça, em 20 de agosto de 1591”. *Idem*, pp. 119-121.

andam amasiados por uma morte fossem perdoados pela parte”¹⁶.

Outros denunciante afirmavam que era fama conhecida de todos que Arde-lhe-o-rabo, “mulher vagabunda”, “tinha conta com o diabo e com ele dormia e travava”¹⁷. A própria Maria Gonçalves confessaria seus pactos demoníacos em uma conversa com Violante Carneira: “ela era feiticeira diabólica e fazia feitiços com ajuda dos Diabos, e lhe mostrou uma chaga em um pé todo inchado, e lhe disse que em certos dias da semana os diabos lhe tiravam daquela chaga um pedaço de carne e que quando ela chamava os diabos, se lhe não dava muita ocupação, lhe tiravam dali então da dita chaga carne”, e “ia ao pego do mar de mergulho tirar certas cousas para fazer feitiços, e que com feitiços sabia e fazia o que queria”¹⁸.

Outra que acusava Arde-lhe-o-rabo era a cigana Tareja Roiz. Denunciaria que a própria Arde-lhe-o-rabo dissera-lhe que “falava com os diabos, e lhe disse que lhe daria uma mesinha tal que quem tocasse com ele a outra pessoa, logo lhe fazia fazer quanto queria, e lhe mostrou uns ossos que trazia metidos nos cabelos da cabeça, dizendo que eram de enforcados, para as justiças não entenderem com ela”, e sabe que na Bahia é fama pública que fala com os demônios¹⁹.

Maria Gonçalves também alimentava rugas e problemas com uma certa Domingas Fernandes. Tanto que esta compareceu certa vez na casa de Caterina Fernandes, sua vizinha, rogando para que esta desse um recado para a Arde-lhe-o-rabo: “que se ela lhe não havia de fazer aquilo que a não enganasse e lhe tornasse o que lhe tinha dado”. E explicava o sentido de suas palavras para Caterina Fernandes:

“por muito que ela me dê muito mais lhe mereço, porque eu ponho-me à meia-noite no meu quintal, com a cabeça ao ar, com a porta aberta para o mar, e enterro e desenterro umas botijas e estou nua da cinta para cima e com os cabelos, e falo com os diabos e os chamo, e estou com eles em muito perigo, e eu perdi uns papéis em que iam embrulhados uns pós, os quais depois que eu acabar esta devoção, hei de ir onde está o mancebo e botar-lhos por cima e ele logo há de ir rogar à moça e seu irmão achou-me estes papéis, dissei-lhe que mos torne para acabar isto, e senão, hei de tornar a desfazer o que tenho feito, e se porventura cuidam que levando-os ao bispo me hão de fazer nojo, eu sou como o gato, que sempre cai de pé”.

A mesma Caterina também denunciava ter visto nas mãos do calceteiro João Rolim, francês, “nove papeizinhos, cada um embrulhado por si, e em cada um uns pós de diferente maneira, não sabe-se de quê, e entre eles um pedaço de solimão cru, que podia ser uma onça, e juntamente com eles estava uma meia folha de papel, na qual estavam escritos quinze nomes

¹⁶ *Denúncias da Bahia 1591-593*, pp. 394-396.

¹⁷ *Idem*, pp. 424-425.

¹⁸ *Idem*, pp. 425-426.

¹⁹ *Idem*, pp. 400-401.

de pessoas, nos quais ouviu ler Salvador da Maia, e outros”, tratando-se, segundo João Rolim, de feitiços. E estando o francês “pelejando com a dita Maria Gonçalves e chamando-lhe feiticeira, que lhe caiu embrulhado aos pés”²⁰.

O padre Baltasar de Miranda também informaria ao visitador que, havia cerca de quinze anos, em Ilhéus, se murmurava de uma mulher que tinha fama de bruxa. Estando certa vez esta mulher na casa do padre, “fez uma experiência que lhe tinha ouvido, que levantar o ferrolho da porta para cima e estando assim levantado e saindo outras pessoas para fora, a dita mulher cometeu algumas vezes a saída para fora, e chegando ao meio da porta que estava aberta, parava de maneira que não podia sair”. Na mesma noite, continuava o relato de nosso padre, “veio um gato grande pela porta dentro e saltou na candeia e apagou a candeia, e quando o acudiram, acharam um menino, seu irmão, pagão, nascido de cinco ou seis dias, embruxado, com a barba chupada e, em acabando de o batizarem, morreu. E ouviu dizer que ela queria deixar o mesmo ofício de bruxa antes de morrer a uma sua filha”²¹.

Pequenos problemas do dia-a-dia também procuravam soluções nas mágicas que prometiam dar fim às dificuldades. Na Segunda Visitação, o cristão velho Antonio da Costa confessava que, tendo sentido falta de “dois pares de meias de seda e um corte de gibão”, procurou a feiticeira Ana Coelho, que

“fizera diante ele a feitiçaria que chamam das Horas de Nossa Senhora, que é do modo seguinte: tomou um Livro das Horas de Nossa Senhora e, abrindo-o, lhe meteu uma chave de cadeado no meio, ficando a maior parte da chave de fora, e fechando as horas com as brochas, pôs um dedo na chave, e com o dedo de um menino seu filho posto também na chave, de modo que ficava o livro no ar e nomeando-lhe ele confitente as pessoas em que tinha suspeita do furto que lhe fizeram, dera o livro uma volta no tempo em que ele confitente nomeara um mamaluco e um negro da terra: e logo a dita Ana Coelho dissera que aqueles eram os que tinham cometido o dito furto. E declarou ele confitente que enquanto ele ia nomeando as pessoas de suspeita, dizia ela certas palavras em que nomeava santos e a Nossa Senhora”²².

Enfim, usava-se feitiços para tudo: sarar ou agravar doenças, salvar vidas ou matar, conseguir ou recuperar amores, resolver dívidas, desvendar roubos, e quaisquer outros problemas que se julgasse de difícil resolução sem a recorrência ao sobrenatural. Nada que já não ocorresse na Europa Ocidental, sem descartar Portugal, há séculos, onde já haviam sido experimentados e aprovados antes de serem conhecidos no Brasil – várias destas mulheres e homens acusados de feitiçaria, como vimos, vieram do reino, por terem sido acusados, lá, das

²⁰ *Idem*, pp. 298-300.

²¹ *Idem*, pp. 349-350.

²² “Confissão de Antonio da Costa, cristão velho”, em 17/08/1618. *Segunda visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618-1620*. São Paulo: Anais do Museu Paulista, tomo XVII, 1963, pp. 446-449.

mesmas práticas. Francisco Bethencourt bem mostra o grau de envolvimento do céu cristão e dos habitantes do Inferno nas rezas e promessas da crença popular lusitana, numa disputa entre a promessa da “salvação além da morte” defendida pela Igreja Católica e “a proposta mágica de salvação neste mundo”, mescladas no cotidiano. Maria, exemplo de mãe e protetora, é a mais invocada, mas os santos aparecem em grande número. Também encantos se faziam usando todo o tipo de material que pudesse sugerir a conquista do grande amor. Bolos feitos com água bochechada e postos embaixo do sôco para serem dados depois ao pretendente; fervedouros para acordos com o demônio; uso de todo tipo de materiais do corpo – pêlos, raspas, unhas, sangue, excrementos, líquidos, sêmem -; palavras sagradas pronunciadas em momentos (in)convenientes: tudo valia na feitiçaria erótica²³.

A manifestação do baixo corporal nas práticas do dia-a-dia distanciava ainda mais a fé brasílica do formalismo católico. Humanizados, os representantes do catolicismo faziam parte da realidade colonial e ganhavam órgãos e corpo. Estudando as manifestações públicas na obra de François Rabelais, Mikhail Bakhtin recuperou a teia social e as inter-relações entre o alto e o baixo, entre o oficial e o popular. Para o autor, existe uma certa inversão dos valores e hierarquias, centrada numa carnavalização da cultura a mesclar a ideologia dominante com as adaptações ao anseio popular por intermédio de filtros recíprocos, dando formato ao que Ginzburg chamou de “jaula flexível e invisível”²⁴. Filtragem absolutamente indispensável para o trabalho do historiador, pois, vale dizer, toda e qualquer prática não compreendida podia ser apontada como costume diabólico, acordo demoníaco, feitiçaria. Os valores que aparentemente era degradados e mortificados pelas “grosserias blasfematórias” proferidas e aproximações materiais do divino, desvendavam um sentido ambivalente, pois “simultaneamente regeneravam e renovavam”. Rebaixamento ressuscitador, segundo Bakhtin: “o baixo é a terra que dá vida, e o seio corporal; o baixo é sempre o começo”²⁵.

Não esqueçamos, porém, que o mundo ocidental vivia uma época de transições e transformações, em que o passado medieval, embora em grande parte questionado, convivia com o novo, e que o nível de aceitação do comportamento considerado diverso entrava em choque com o comportamento dominante. Estudando os códigos do bom comportamento na Europa, Elias explica:

“O século XVI permanece ainda inteiramente dentro da transição. Erasmo e seus contemporâneos ainda podem falar sobre coisas, funções, modos de se comportar que um ou dois séculos depois são acompanhados de sentimentos de vergonha e embaraço e cuja menção ou exibição em público são proscritas pela sociedade”.

²³ BETHENCOURT, Francisco. *Op. cit.*, 1987.

²⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27.

²⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Op. cit.*, 1993, pp. 15 e 19.

As transformações no campo de aceitação de determinados comportamentos modificava-se:

“forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente”²⁶.

De todos os lados repercutiam na colônia sinais de uma fé pouco afeita ao rigorismo esperado pela Igreja. Misturados ao tempo e à distância sangues e experiências, vinha à tona uma religião mais amena quanto aos rigores - embora de uma religiosidade vibrante -, um catolicismo popular, equipado de visões heterogêneas, em que eram destruídas as fronteiras entre o sagrado e o profano, entre o bem e o mal, entre o puro e o impuro, entre o popular e o erudito, e entre Deus e o Diabo: “universo em que maneiras descompostas, riso e até mesmo brincadeiras licenciosas podiam conviver com religiosidade”²⁷; em que substratos de antigas práticas supersticiosas e populares enraizadas no velho continente ganhavam novo vigor e dimensão no trópico. As práticas de feitiçaria, como todas as demais representações de religiosidade e da tentativa de aproximação entre o mundo dos homens e o mundo do sagrado, fazem parte deste imaginário.

Referências bibliográficas:

ASSIS, Angelo Adriano Faria de. “UM ‘RABI’ ESCATOLÓGICO NA NOVA LUSITÂNIA: Sociedade colonial e Inquisição no Nordeste quinhentista - o caso João Nunes”. Dissertação de Mestrado apresentada à UFF. Niterói, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1993.

BETHENCOURT, Francisco. *O Imaginário da Magia: feiticeiras, saladores e nigromantes no século XVI*. Lisboa: Universidade Aberta, 1987.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, pp. 91 e 94.

²⁷ SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 105-124.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Volume I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Primeira Visitação do Santo Officio ás partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça capellão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Officio. Denúncias da Bahia 1591-593. São Paulo: Paulo Prado, 1922-1929.

Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil - Denúncias e Confissões de Pernambuco 1593-1995. Recife: FUNDARPE. Diretoria de Assuntos Culturais, 1984.

Santo Ofício da Inquisição de Lisboa: Confissões da Bahia (organização Ronaldo VAINFAS). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Segunda visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo inquisidor e visitador o licenciado Marcos Teixeira. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia — 1618-1620. São Paulo: Anais do Museu Paulista, tomo XVII, 1963.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza*. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

_____. *Inferno Atlântico: demonologia e colonização: séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.